



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002008-25.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Fazenda Pública do Município de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo**, contra a **Fazenda Pública do Município de São Carlos**, objetivando fornecimento da alimentação especial, necessária ao uso da dieta enteral via exclusiva SNG, à idosa Ana Tonin de Carvalho, abrigada na instituição beneficente Abrigo de Idosos Helena Dornfeld e que se encontra acamada, com quadro de demência e grau de dependência III.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 15/16).

Citado (fls.22), o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 35/61). Alegou, preliminarmente, carência da ação por ilegitimidade da parte. No mérito, aponta que o cumprimento do direito à saúde depende de recursos dos governos federal e estadual. Discorreu sobre a Política Nacional de Medicamentos que obedece critérios técnicos e administrativos, em parceria financeira com gestores da esfera estadual e federal, para atender a população dependente de medicamentos de custo elevado. Argumenta que, pela portaria nº 2.577/2006, a municipalidade não participa da dispensação de medicamentos de alto custo ou excepcionais. Declara que o orçamento municipal é o mais delicado entre os entes federativos e, por isso, não tem condições de custear tratamento de alto custo que poderia ser prestado pela rede estadual de saúde, mediante programa excepcional, e pelo Ministério da Saúde. Ressalta, ainda, que a sua condenação em custear o tratamento seria medida injusta, ilógica, ilegal e desestabilizadora do planejamento do Poder Executivo que deve estar voltado ao emprego significativo de medicamentos classificados como essenciais. Ressalta que a ilegitimidade passiva deve ser reconhecida diante da competência estadual em relação à administração do Centro de Referência para Imunológicos (CRIE). Requereu o chamamento do processo do Estado de São Paulo, subsidiariamente que os familiares do autor suportem, ao menos, parte do tratamento, bem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

como o Estado arque com o tratamento e entrega dos medicamentos excepcionais e, por fim, a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 91.

Ante o descumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela, foi determinado o sequestro de verbas públicas. O levantamento do numerário foi deferido à curadora da idosa, Ana Alba Bizon Dania, que comprovou a aquisição da alimentação às fls. 95.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Inicialmente, não há que se falar em carência da ação por ilegitimidade de parte, pois a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde à população é solidária, pertencendo às três esferas de governo. O art. 198 da Carta Magna, em especial os parágrafos 1º e 2º, consagra a responsabilidade solidária entre a União, os Estados e os Municípios em relação ao Sistema Único de Saúde. Nesse mesmo sentido o art. 4º da Lei Federal nº 8.080/90 ressalta a gestão compartilhada entre entes federativos nas ações e serviços de saúde.

Assim, cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da idosa Ana Tonin de Carvalho.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde. Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a senhora Ana não possui condições financeiras para arcar com os custos da alimentação especial de que necessita, encontra-se abriga em instituição beneficente e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que é idosa – 93 anos (fls. 14) e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impõe, exceto a idade, nenhuma condicionante ao reconhecimento do seu direito.

A necessidade da alimentação especial foi atestada pela nutricionista do Abrigo de Idosos Helena Dornfeld, que ressaltou que a senhora Ana "faz uso de dieta enteral via exclusiva SNG por recusa de alimentar-se desde setembro de 2014" (fls. 12).

Desse modo, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Sem condenação em custas, honorários, emolumentos e outros encargos, nos termos da Lei.

P.R.I.C

São Carlos, 05 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**